

## ***HISTÓRIA CONCISA DA LITERATURA BRASILEIRA, DE ALFREDO BOSI: UMA LEITURA DE SEUS CRITÉRIOS METODOLÓGICOS***

## ***HISTORIA BREVE DE LA LITERATURA BRASILEÑA, DE ALFREDO BOSI: UNA LECTURA DE SUS CRITERIOS METODOLÓGICOS***

Carlos Giovanni Dutra Del Castillo<sup>1</sup>

**Resumo:** A *História Concisa da Literatura*, de Alfredo Bosi, é uma obra canônica, dentro da historiografia literária brasileira. Este artigo propõe-se a analisar os critérios ideológicos e estéticos do autor, sintetizados por suas influências teóricas. O próprio Bosi é consciente de que teóricos como Croce, Gramsci, Jauss, entre outros, formaram seu *corpus* teórico, o qual fundamentou suas escolhas e procedimentos metodológicos de escrita dessa história da literatura; cuja importância dentro do curso de Letras no Brasil se alastrou ao longo das últimas décadas do século XX.

**Palavras-chave:** Historiografia literária brasileira. Ideologia. Estética. Literatura com viés sociológico.

**Resumen:** *La Historia Concisa de la Literatura*, de Alfredo Bosi, es una obra canónica, dentro de la historiografía literaria brasileña. Este artículo se propone analizar los criterios ideológicos y estéticos del autor, sintetizados por sus influencias teóricas. El propio Bosi es consciente de que teóricos como Croce, Gramsci, Jauss, entre otros, formaron su *corpus* teórico, el cual fundamentó sus elecciones y procedimientos metodológicos de escritura de esa historia de la literatura; Cuya importancia dentro del curso de Letras en Brasil se ha extendido a lo largo de las últimas décadas del siglo XX.

**Palabras clave:** Historiografía literaria brasileña. Ideología. Estética. Literatura con sesgo sociológico.

### **1-Introdução aos pressupostos teóricos e metodológicos do autor e sua obra**

A *História Concisa da Literatura Brasileira*, de Alfredo Bosi, é uma referência nos estudos acadêmicos sobre a história da literatura no Brasil e como manual de consulta e estudo, nos cursos de Letras. Curiosamente, esta obra não possui (mesmo em edições mais recentes<sup>2</sup>) uma introdução, cujo teor seria útil para medir a sua metodologia de trabalho, os seus instrumentos teóricos, e particularmente, o seu conceito de literatura que permitiria compreender suas escolhas, enquanto historiador literário.

No entanto, para introduzir este trabalho e saciar essa lacuna importante do autor, faremos um percurso do que ele escreveu acerca da sua proposta de análise histórico-literária, em outros textos de sua autoria. Dois ensaios seus parecem remediar essa questão introdutória

<sup>1</sup> Doutorando em História da Literatura, da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Bolsista Capes. E-mail: [giovanidelcastillo@gmail.com](mailto:giovanidelcastillo@gmail.com)

<sup>2</sup> Esta edição da Cultrix, de 1970 é a primeira edição, sendo a 44ª edição, a última publicada, em 2007.

deficiente na obra que estudaremos: *Caminhos entre a Literatura e a História Cultural e Por um historicismo renovado: reflexo e reflexão em história literária*.

Em *Caminhos entre a Literatura e a História Cultural*, Bosi mostra um itinerário como historiador da literatura brasileira, teórico de poesia e estudioso de nossa formação cultural. Nele há um estudo da estética de Croce<sup>3</sup>, de seu conhecimento da filosofia marxista de Gramsci<sup>4</sup> e de seu engajamento na política de esquerda no Brasil dos anos de 1960 e 1970. Tais elementos são subjacentes e imanentes em sua história da literatura brasileira.

Dentro desse contexto, o autor comenta: “... distinções de Croce ainda me parecem válidas e aproveitáveis na hora de pensar as múltiplas relações entre a história literária e a historiografia propriamente dita.” (BOSI, 2005, p.4). Em outro trecho, ele apresenta a problemática cujo historiador literário tem que enfrentar na construção de sua obra, além de mostrar a influência crociana no seu conceito de literatura:

A matéria-prima do historiador literário é tudo o que se escreveu e que pode ser considerado representativo de uma certa cultura? Responder afirmativamente significa tomar a palavra ‘literatura’ no seu amplo sentido de material escrito sobre uma grande variedade de temas. Ou a sua matéria é o texto literário em sentido estrito, o que vem a dar prioridade à poesia, à narrativa ficcional, à tragédia, à comédia, ao drama, em suma, aos gêneros textuais em que predomina a imaginação ou o sentimento, sem relação obrigatória com a verdade atestável dos atos representados? Note-se que este dilema já estava formulado na oposição que Croce fazia entre poesia e não-poesia, englobando nesta última todos os elementos didáticos, políticos, científicos, religiosos etc., que formariam a estrutura cultural de uma obra, mas não lhe dariam a identidade poética e artística, constituída da síntese de imagem e sentimento, intuição e afetividade. (BOSI, 2005, p. 6)

À sua conceituação crociana de literatura, a qual sintetiza uma oposição dicotômica entre o que seria ou não poesia - elevando o aspecto poético a um *status* de excelência enquanto cerne do fazer literário-artístico - soma-se uma outra, de base mais sociológica, como ele mesmo explicita:

[...] mas a leitura de Gramsci e particularmente a resistência moral e cultural que marcara a mim e a minha geração ao logo dos anos de chumbo levavam-me a inserir decididamente o texto literário na trama da história ideológica em que fora concebido. Ambas as instâncias eram exigentes e faziam-se presentes na hora da escolha dos autores e no ajuizamento das obras, que ora valiam como representativas de uma certa mentalidade, ora valiam por si mesmas como criações estéticas bem realizadas. (Idem, p.7)

<sup>3</sup> Benedetto Croce (1866 - 1952) foi um historiador, escritor, filósofo e político italiano. Os seus escritos se destacam, sobretudo, ao abordar temáticas sobre estética e filosofia da história. É considerado uma das personalidades mais importantes da Itália no século XX.

<sup>4</sup> Antonio Gramsci (1891-1937) era conhecido como uma das principais referências do pensamento de esquerda no século 20. Atuou como filósofo marxista, jornalista, crítico literário e político italiano. Sua obra versa acerca de teoria política, sociologia, antropologia e linguística.

Dessa forma, o referencial teórico para compor sua história da literatura passa por uma dupla perspectiva que abrange um critério que ele chama de “representativo” e um critério “estético<sup>5</sup>”, no qual o autor de uma obra literária se insere:

[...] um poema ou um romance podem ser significativos do ponto de vista sociológico ou político, mas essas suas qualidades não os elevam, por si mesmas, ao estatuto de obras de arte. De todo modo, as melhores obras de todas as literaturas valem sempre pelos dois critérios, o representativo e o estético. (Ibidem, p.8).

Por conseguinte, os dois critérios (o representativo e o estético) ganham novas conotações, que veremos frequentemente na narrativa de sua história da literatura: o representativo é o caráter ideológico e histórico, chamado por Bosi de elemento de “resistência”, que circunda autor e obra; o estético já é mais ligado ao caráter artístico e intuicionista (visão crociana), portanto, mais individual, do gênio criador.

Para propor tal “resistência”, em *Por um historicismo renovado: reflexo e reflexão em história literária*, Bosi revisa os principais historiadores e críticos da Literatura Brasileira: Sílvio Romero, José Veríssimo, Araripe Jr., Mário de Andrade, Ronald de Carvalho, Augusto Meyer, Álvaro Lins, Afrânio Coutinho e Néelson Werneck Sodré. De acordo com seu artigo, os historiadores literários precisam evidenciar a relação da obra e o contexto, propiciando um entendimento “da literatura como história das obras literárias” e suas singularidades literárias. Assim, o núcleo da história da literatura se encontraria na história das obras literárias, nas singularidades dos textos, segundo Bosi comenta a seguir:

Uma história da literatura brasileira que pretendesse ser verdadeira, isto é, fiel ao seu objeto, deveria admitir que os textos dispostos no tempo do relógio não têm nem a continuidade nem a organicidade dos fenômenos da natureza. Os escritos de ficção, objeto por excelência de uma história da literatura são individuações descontínuas do processo cultural. Enquanto individuações, podem exprimir tanto reflexos (espelhamentos) quanto variações, diferenças, distanciamentos, problematizações, rupturas e, no limite, negações das convenções dominantes no seu tempo. (BOSI, 2002, p. 11-12).

Nesse sentido, Bosi exemplifica que esse aspecto de indivíduo, de gênio criador, surgiu no período do Romantismo, cuja teoria supunha fugir dos modelos pré-concebidos de análise de uma obra literária, pautadas somente pela estética renascentista:

Uma historicização radical da leitura substituiu o julgamento neoclássico da adequação da escrita aos modelos antigos ou renascentistas. O historicismo nacionalista e uma criação romântica, e no seu cerne já se contém o historicismo sociológico que o século XX herdou do positivismo e do evolucionismo. O valor-nação e, nos historiadores democráticos como Michelet e Herculano, o valor-povo,

---

<sup>5</sup> Penso no conceito de estética no sentido de experiência que soma a percepção/apreensão inicial de uma criação literária e das reações suscitadas no leitor (emocionais, intelectuais ou outras), em função das características específicas postas em jogo pelo autor na sua produção.

passaram a constituir o critério de ajuizamento das obras de arte. À medida que os ideais de liberdade e progresso foram penetrando a ideologia corrente, a historiografia da cultura se pôs a medir autores e obras pelo metro da sua maior ou menor adesão a esses valores. Nação primeiro, progresso depois, às vezes agregados, serão os motores e os cânones por excelência da historiografia que predominou ao longo do século XIX. (Idem, p. 12).

Portanto, segundo ele, no Romantismo, os critérios dos historiadores literários baseavam-se na capacidade de uma obra literária de abordar valores nacionalistas (exemplo, é o indianismo de autores como José de Alencar), circunscritos às teorias positivistas e evolucionistas (respectivamente, o cientificismo objetivo e a influência do meio social para explicar o fenômeno literário), já em voga naquele momento histórico, o século XIX. Em seguida, Bosi acrescenta que, aos poucos, os historiadores literários, já no século XX, tomavam a consciência de que suas metodologias historiográficas já não conseguiam mais adequar, dentro de seus critérios de análise, a obras literárias que fugissem de um panorama positivista e nacionalista:

As supostas leis positivas de evolução racial e os percalços da formação política de cada Estado começaram a ser percebidos como distantes, se não exteriores ao processo simbólico do poema e do romance. E cada poema e cada romance pôde ser encarado como obra irrepetível, e não mera peça de um sistema que se deixaria alinhar junto a outras peças semelhantes. O impasse continuava, mas subia ao nível da consciência teórica e metodológica. (Ibidem, p. 21).

Para finalizar, Alfredo Bosi, após analisar o processo historiográfico da literatura no Brasil, conclui que é necessário superar um “historicismo representativo nacionalista e romântico”, assim como o que ele chama de “historicismo sociologizante positivista, evolucionista e naturalista”, no qual os critérios histórico-literários baseiam-se no estudo das características biográficas do autor e de seu ambiente social (ou seja, as “supostas leis positivas de evolução racial”), pois tais preceitos são ultrapassados e limitantes para analisar-se o fenômeno literário enquanto tal. Conseqüentemente, uma renovação da metodologia historiográfica e literária faz-se necessária e deve ser buscada por um historiador literário que almeja ter uma visão mais ampla da produção literária brasileira.

## **2-Uma análise dos principais critérios ideológicos e estéticos presentes em *História Concisa da Literatura Brasileira***

Depois dessas observações, necessárias para a apreensão do que se pretende delinear na análise de sua *História concisa da literatura brasileira*, cabe analisarmos, criticamente, a dita história literária. Em termos estruturais, os capítulos estão organizados por meio das estéticas ou períodos literários (Barroco, Arcadismo, Romantismo e assim por diante). Sobre

essa escolha, Bosi comenta - no artigo *Caminhos entre a história e a literatura* - que a admissão dos estilos históricos mantém a sua coerência e validade, e por isso ele os usou como critério ao ordenar sua história literária.

## 2.1- A visão histórico-literária do Barroco brasileiro

Desde os primeiros capítulos da obra já temos uma construção textual muito coerente e sutil, a qual instaura o critério representativo ou ideológico já referido, quando Bosi demonstra que a literatura brasileira era inexistente sem os influxos da Europa:

[...] Portugal, perdendo a autonomia política entre 1580 e 1640, e decaindo verticalmente nos séculos XVII e XVIII, também passou para a categoria de nação periférica no contexto europeu [...] O Brasil reduzia-se à condição de sub-colônia... (BOSI, 1970, p.12).

No entanto, o autor só menciona como textos literários surgidos no Brasil os que foram produzidos já no período do Barroco luso-brasileiro:

[...] só com a presença deste (o período barroco) na cultura europeia, e sobretudo ibérica, que surgirá entre nós uma organização estética da prosa: os sermões de Vieira, a historiografia gongórica de Rocha Pita e mesmo a alegoria moral de Nuno Marques Pereira (apesar do didatismo que a marca) já serão exemplos de textos literários, isto é, de mensagens que não se esgotam no mero registro de conteúdos objetivos, o que lhes acresce igualmente o peso ideológico. (Idem, p.25)

É aqui que podemos apreender o conceito de literatura dele por meio de dois elementos: um discurso que foge de referências objetivas (denotando o subjetivismo intuicionista de Croce), e um texto que possui um caráter ideológico. Tanto um como o outro elemento mostra-nos que a literatura é definida por Bosi enquanto produto de um sujeito-autor que se faz presente, consciente do seu papel de construtor de uma narrativa subjetiva (em oposição à objetividade de um historiador positivista que acredita poder ausentar-se cientificamente de seu papel de narrador).

Já o caráter ideológico é um conceito de literatura que diz respeito a valores coletivos, ou melhor, sociais. Ideologia antes de ser uma ideia individual, ela é simbolicamente construída pela sociedade da época, seja para fazer parte do sistema ideológico dominante de um grupo ou para rejeitá-lo. O sujeito é consciente ou não de fazer parte desse sistema ideológico, mas isso é de qualquer forma independente de sua vontade, pois a obra literária interage com seu tempo histórico, determinando sua unidade artística. Por isso, a estética chamada de Barroco foi o sistema ideologicamente aceito pela maioria, em se tratando de literatura luso-brasileira dos séculos XVI e parte do século XVII. Nesse sentido, Bosi alerta:

Em suma, desvalorizar um poema barroco porque ‘vazio’ ou mitizá-lo porque rebuscadamente estilizado é, ainda e sempre, cometer o pecado de isolar espírito e forma, e não atingir o plano da síntese estética que deve nortear, em última instância, o julgamento da obra. A tentação, de resto, parece fatal, e não sei de homem culto, por equilibrado que se professe, que não tenha alguma vez caído nela; mas o importante é vigiar-se para que o dogmatismo de uma opção não nos faça mergulhar na ininteligência de uma das poucas atividades que resgatam a estupidez: a arte. (Ibidem, p.30)

Ao refletirmos sobre o contexto histórico-literário, Robert Jauss se destaca com sua teoria (estética da recepção) acerca da importância do leitor como protagonista do momento histórico em que uma obra literária é produzida. Jauss nos fala, pela primeira vez no seio historiográfico-literário, do “horizonte de expectativa dos leitores”, sendo um elo importante entre o leitor e a obra, como uma interação que se modifica com o tempo. Até então, na crítica literária, não tínhamos a tríade, ou seja, o diálogo autor-obra-leitor. Tal assertiva não foge aos critérios estéticos de Bosi, ao falar da técnica poética de Gregório de Matos: “O efeito para os leitores de hoje é cômico e talvez mais lúdico do que satírico; mas no contexto da cultura do tempo decerto soava forte a nota mordaz...” (BOSI, 1970, p. 40).

Outro traço da narrativa de Bosi é sua abordagem, muitas vezes, excessiva das características biográficas. O autor constrói aspectos quase de um herói de algum romance, fazendo um enredo sobre esses elementos, como por exemplo, quando fala de Padre Antônio Vieira: “Existe um Vieira brasileiro, um Vieira português e um Vieira europeu” (Idem, p.44). Dessa forma, por vários parágrafos são descritas questões de sua vida, não obstante, estereis para a interpretação de sua obra e que denotam um certo heroísmo romanesco. Perkins explica que essa forma de narrar, em uma história da literatura, pode ser protagonizada não só por um indivíduo social (como neste caso), como também por um assunto ideal. A ênfase dada a Vieira, como herói ideal da narrativa, fica claro em Bosi (1970, p. 46): “Vieira mostrou-se superior ao meio em que o destino o colocara, e onde fatalmente deveria malograr aquele arquiteto de sonhos”.

## 2.2- A visão histórico-literária do Arcadismo

Já no capítulo em que o autor se dedica ao Arcadismo, percebemos uma constante em sua análise: o estilo no qual que se desenvolve a forma poética (Arcádia), e o caráter ideológico do momento histórico da Ilustração. Assim, os dois critérios apontados na introdução aparecem aqui: o estético, por meio da análise da poética árcade; e o representativo ou ideológico, abordando o momento histórico da Ilustração. Isso fica evidente no próprio título do subcapítulo, chamado de “Árcades Ilustrados” (Idem, p.70). Tal

abordagem ideológica de Bosi é intensamente frisada, como aqui: “Bastariam esses passos (colhidos de um poema em que prevalece a intenção crítica!) para situar a ideologia de Gonzaga: despotismo esclarecido e mentalidade colonial.” (Ibidem, p.76). Em seguida, há um momento em que o autor se justifica para deixar de lado boa parte da produção poética do Brasil, no chamado período de transição entre Arcadismo e Pré-romantismo:

Seria curioso investigar o porquê de tanta má poesia durante esse período rico de mudanças econômicas e políticas na sociedade brasileira. A rigor, entre a *Glaura* de Silva Alvarenga e os *Primeiros Cantos* (1846) de Gonçalves Dias não veio à luz nenhuma obra que merecesse plenamente o título de poética. (Ibidem, p.80)

Nesta mesma página, o caráter ideológico segue muito imbricado nas análises críticas: “Uma hipótese para explicar o fenômeno é ver no hibridismo cultural e ideológico desse período a carência de mordente capaz de organizar um estilo forte e duradouro...”. Assim como quando mostra o surgimento dos gêneros públicos no Brasil:

[...] florescem os gêneros nascidos da aberta inserção na vida pública: o sermão, o artigo, o discurso, o ensaio de jornal. Foi nessa atividade, a rigor extraliterária, mas rica de contatos com a cultura europeia do tempo, que se articularam as nossas letras ante-românticas e se definiram as linhas ideológicas mestras do Primeiro Império e da Regência. (Ibidem, p.84).

Cada vez fica mais claro que Bosi gosta de fazer esboços críticos permeados, principalmente, em duas vertentes, às quais já visualizamos anteriormente: analisa a obra por seu estilo, retórica ou caráter formal (estético, em suma) e, por outro lado, dissectiona um caráter subjacente às questões ideológicas do autor, diretamente relacionadas com a obra. Como, por exemplo, ao falar de Monte Alverne: “Sua retórica é [...] para disfarçar a mesmice dos conceitos por trás de uma empostação persuasiva. Quanto ao conteúdo ideológico [...] o orador exalta a liberdade constitucional sem poupar louvores à grandeza de Pedro I [...]” (Ibidem, p. 86).

Essa ênfase no aspecto ideológico acontece também na conclusão do capítulo sobre a estética do Arcadismo: “Caberia às gerações jovens do Segundo Império consolidar a ideologia do patriotismo liberal. E o fizeram, afetando-os dos supremos valores românticos, o *indivíduo* e a *tradição*” (Ibidem, p.87, grifos do autor). As ideias, portanto, ganham um *status* de personagens heroicos de uma narrativa. Essas personagens contornam e reduzem as características de um tempo histórico-literário de uma obra. Estratégia sutil e, ao mesmo tempo, útil para facilitar o trabalho do historiador literário, o qual não dá conta de um fenômeno senão por traços dominantes: essas ideias-personagens.

### 2.3- A visão histórico-literária do Romantismo brasileiro

No capítulo dedicado à estética romântica, vislumbra-se uma maior lucidez e um cuidado em relação a definições pré-estabelecidas: “[...] à falta de uma definição que abrace [...] a riqueza de motivos e de temas do movimento, é comum recorrer ao simples elenco destes, ocultando no mosaico da análise a impotência da síntese” (Ibidem, p. 91).

Nesse ínterim, Siegfried Schmidt, no ensaio *Sobre a escrita de histórias da literatura*<sup>1</sup>, demonstra a dependência causada por certos conceitos-chaves quando utilizados pelos historiadores literários. Então, mesmo que Alfredo Bosi identifique, como no excerto do parágrafo anterior, o cuidado que se deve ter com os conceitos pré-concebidos da estética romântica, ele mesmo não deixa de cair nas teias dos seus próprios conceitos, que o guiam durante toda a sua história da literatura: o método sociológico de Gramsci, sendo um modelo marxista, o qual utiliza a cadeia de acontecimentos como tendentes a evoluir (mesmo que o leitor muitas das vezes não perceba o movimento sutil da narrativa que evolui historicamente); e o método de Croce, o qual aborda a obra literária de uma maneira intuicionista, baseado em considerar algo poesia ou não-poesia (ou melhor, como fenômeno literário escolhido ou considerado pelo autor como tal).

Por exemplo, no subcapítulo “Temas”, encontramos a forma com que o autor esquematiza sua análise dos temas românticos: “Do círculo maior, sócio-histórico, podemos passar ao da tematização das atitudes vividas pelos escritores românticos. As coordenadas do contexto fazem-se traços mentais e afetivos.” (BOSI, 1970, p. 93). Outro viés importante de se salientar em Bosi está em “Nível estético” (subtítulo da página 96), em que há uma abordagem que nos faz lembrar Carlos Reis, quem especifica:

[...] os códigos literários são instáveis e, além disso, historicamente superáveis [...] definiremos, antes de mais, *código*, com Umberto Eco, como ‘uma estrutura elaborada sob forma de modelo e postulada como regra subjacente a uma série de mensagens concretas e individuais que a ela se adequam e só em relação a ela se tornam comunicativas’. Uma tal definição de código permitirá reconhecer, nos *códigos literários* as suas *virtualidades comunicativas* e uma relativa *convencionalidade*... (REIS, 2003, p.144) (grifos do autor)

Essa importante contribuição, de base semiótica, tem uma influência considerável nos juízos estéticos de Bosi, o que podemos constatar em como ele aborda os códigos:

Os códigos clássicos, vigentes desde a Renascença, dispunham de macrounidades, os gêneros poéticos (épico, lírico, dramático) e de microunidades, as formas fixas (epopéia, ode, soneto, rondó, tragédia, comédia...). No interior desses esquemas, que formalizavam categorias psicológicas, atuava uma rede de subcódigos tradicionais: topos, mitemas, símbolos; que por sua vez, se traduziam, no nível da elocução, pelas figuras de estilo, de sintaxe e de prosódia, responsáveis pelo tecido concreto do texto literário. (BOSI, 1970, p. 93)

E essa noção de “convencionalidade”, dos códigos literários de Reis, fica evidente no trecho a seguir, no qual Bosi cai nessa armadilha convencionada pela estética romântica: “Assim, tanto a mensagem como o código de *A Confederação* pareciam (e eram) insuficientes aos olhos dos próprios românticos” (Idem, p.99). Ele explica o motivo pelo qual a obra *A Confederação dos Tamoios* é limitada, em se tratando de um razoável nível estético, de teor romântico que não alcançou. Ainda no capítulo “Poesia”, ao falar de Junqueira Freire, o autor fica preso a uma análise estética pré-estabelecida pelo movimento romântico:

[...] poesia, que, toda centrada no *eu* do emissor, não encontrou o correlato da invenção formal, e caiu no genérico, no prosaico e no cerebrino, ficando aquém da síntese conteúdo-forma. É verdade que o descompasso está à espreita de todo poeta romântico; mas é também verdade que este se afirma como artista na medida em que logra vencer, pela palavra, as tentações de um confidencialismo frouxo. (Ibidem, p. 114)

Em seguida, ao referir-se ao autor Laurindo Rabelo, o historiador literário demonstra sua veia sociológica, de base marxista: “Creio que sua obra pode ser uma das balizas para um estudo que a nossa cultura reclama: o das relações entre a linguagem do povo, da classe média e dos grupos de prestígio nos meios urbanos” (Ibidem, p.115). Já no capítulo chamado “A ficção”, temos uma observação lúcida de Bosi em relação ao romance romântico no Brasil:

É fácil cair na tentação de gizar um esquema evolucionista para a história do nosso romance romântico: do Macedo carioca às páginas regionais de Taunay e de Távora, passando pela gama de experiências ficcionais de Bernardo, Manuel Antônio e Alencar. A ideia de um conhecimento progressivo do Brasil que, partindo da corte, alcança a província e o sertão bruto, pode levar o historiador ingênuo a escolher para critério tipológico os ambientes apanhados na ficção: romance urbano/ romance campesino; romance do norte/romance do sul; método que, no seu estreito sincronismo, não se dá conta dos tempos culturais díspares que viviam cidade e campo, corte e província. (Ibidem, p.126-127).

Bosi teve o cuidado de não fixar conceitos que sejam fáceis de legitimar, e totalizadores, como é exemplo dessa tipologia associada aos espaços ou ambientes sociais. Pois o conceito de ambiente social acaba instituindo valores políticos e sociais, ao enfatizar uma região em detrimento de outra. E, dessa forma, como comentou Bosi, no trecho acima, não faz um “recorte” sincrônico satisfatório, já que os “tempos culturais díspares” de uma região vão ser bem diversos e não serão abordados por um historiador literário consciente. Mais válido é pensar na estética da recepção, iniciada por Jauss, e como ela é presente na análise bosiana:

Pode parecer estranho, se não perigoso resíduo idealista, separar os métodos que abordam os consumidores da obra dos que visam a entender os seus produtores. No entanto, os fenômenos situam-se quase sempre em tempos diversos, e a inteligência deve respeitar a diversidade: os leitores. (Ibidem, p.126-127).

As explicações de cunho sociológico, baseadas na ruptura, complementam sua análise no intenso diálogo entre autor e leitor, quando ele se refere ao romance regionalista: “O regionalismo então servia, como tem servido, de documento e protesto” (Ibidem, p.147). Esse verbo “servir” deixa uma lacuna que Bosi não percebe: a literatura vista com uma função socialmente engajada. Para concluir sua análise da estética romântica, o subcapítulo “A consciência histórica e crítica”, Bosi preocupa-se em realçar a diferença entre os românticos, não caindo na armadilha da falsa unificação dos elementos, a qual reduz qualquer análise crítica séria. Ele diz:

[...] para evitar que vejamos o Romantismo com olhos românticos e que a história vire tautologia, convém tentar uma análise diferencial do fenômeno. Por trás da fachada uniforme de amor à pátria, houve expressões diversas de grupos diversos que, pela estrutura ‘em arquipélago’ do país, aparecem às vezes em tempos díspares não sendo possível construir para todas uma linha simples de evolução. (Ibidem, p.154).

#### **2.4- A visão histórico-literária a partir do Realismo até inícios do século XX**

Na página 168, seguindo sua linha de análise, o leitor depara-se, no capítulo dedicado ao Realismo, com os dois planos de análise: nível ideológico (“determinismo”) e nível estético (“arte pela arte”) para apreender as questões dessa estética. Bosi também faz uma ressalva ao introduzir seus comentários acerca de Machado de Assis: “[...] nada se ganha omitindo, por [...] purismo estético, as forças objetivas que compuseram a situação de Machado de Assis: elas valem como o pressuposto de toda análise que se venha a realizar do tecido de sua obra” (Ibidem, p.177). Ele comenta isso para justificar a ênfase às características físicas e psicológicas do autor como elementos preponderantes na análise consciente e minuciosa. A seguir, vemos o elemento ideológico-formal (conceito literário utilizado durante toda a obra), o qual marca uma ruptura, considerada importante para esse historiador literário:

A revolução dessa obra, que parece cavar um fosso entre dois mundos, foi uma revolução ideológica e formal: aprofundando o desprezo às idealizações românticas e ferindo no cerne o mito do narrador onisciente, que tudo vê e tudo julga, deixou emergir a consciência nua do indivíduo, fraco e incoerente. O que restou forma as memórias de um homem igual a tantos outros, o cauto e desfrutador Brás Cubas. (Ibidem, p.177).

Curioso é notar como é estruturada a página 208, pois nela há uma digressão, adiantando o assunto do Modernismo, com um vasto parêntese. Dessa forma, Bosi explica questões acerca do movimento modernista no Brasil. No final desse aparente deslocamento

de assunto, o historiador literário enfatiza: “A digressão tem um sentido: mostrar em que alguns dos nossos regionalistas precederam, em contexto diferente, o vivo interesse dos modernos pela realidade brasileira total, não apenas urbana.” (ibidem, p.208).

Mais um caso de hierarquia estética, aliada ao regionalismo como configurador de uma “literatura de fronteira”, como chama Carlos Reis, é a avaliação de Bosi a respeito de João Simões Lopes Neto. Isso porque o historiador literário dá ênfase mais ao sujeito-autor do que a obra, o que vemos neste trecho:

João Simões Lopes Neto é o patriarca das letras gaúchas. Dentro do quadro global do regionalismo antemodernista é nele que se reconhece imediatamente um valor que transcende a categoria em que a história literária sói fixá-lo. É o artista enquanto homem que tem algo de si a transmitir. (Ibidem, p.212)

Essa supervalorização do sujeito em detrimento da obra remete-nos a um cânone pessoal de Bosi, o qual está sempre intrínseco e inegável em qualquer historiador literário que se preze. Aliado a isso, Bosi valoriza João Simões Lopes Neto pelo movimento de resistência que esse autor empreendeu contra o modernismo universalizante.

Outro fator bastante pessoal e tendencioso é a antipatia bosiana em relação à crítica literária da época parnasiana: “Na verdade, a teoria do ‘poeta impassível’ era uma chochice que só a mediocridade da reflexão estética de todo esse período seria capaz de engendrar.” (Ibidem, p.220). Bosi faz uma crítica contundente a respeito de Capistrano de Abreu, que era um crítico importante, e atenta para os conceitos deterministas que reinavam na época: “Capistrano de Abreu esboçou uma teoria da literatura nacional em termos puramente taineanos: do *clima*, do *solo* e da mestiçagem adviriam os traços negativos do homem brasileiro[...]” (Ibidem, p.246-247, grifos do autor).

Ambiente e herança racial eram conceitos que, até então, contaminavam a análise dos historiadores literários do início do século XX, o que resultou no que Bosi observou acerca de Capistrano: “Do ponto de vista ideológico procurou ser neutro, como convinha ao ideal do cientista puro do tempo; mas [...] caiu-lhe por vezes a máscara da abstrata isenção entrevedo-se nesse pacato materialista e ateu simpatias pelo centro conservador.” (Ibidem, p.247).

E nessa análise interessante dos historiadores literários da estética realista, Bosi conclui: “Hoje os cânones evolucionistas já estão em crise ou, pelo menos, relativizados [...]” (Ibidem, p.250). Essa ideia de cânone é trabalhada por Wendel Harris, em seu ensaio *La canonicidad*, em que ele afirma que quaisquer que sejam as funções que regem as seleções é importante reconhecer que, ainda que o cânone componha-se por textos, na realidade constitui-se a partir de como leem-se os textos, e não dos textos em si mesmo.

O que se pode concluir acerca disso é que a forma de ler os textos é um fator ideológico, e portanto, útil em cada momento específico da História. Por isso, Bosi percebe que um cânone evolucionista, preso somente ao fator diacrônico, não permite uma leitura ideológica satisfatória para o historiador literário. O subcapítulo chamado “As letras como instrumento de ação” exemplifica a importância dada por ele ao contexto ideológico: “[...] interessa à história literária, conforme a maneira pela qual se comunicam e se configuram os materiais ideológicos.” (BOSI, 1970, p.255).

Seguindo esse raciocínio, a estrutura de cada capítulo, de maneira geral, inicia-se da mesma maneira apesar de o título variar. “Caracteres gerais”, “espírito e estilo”, “o poético e o ideológico”, “um novo ideário” são alguns dos títulos que introduzem cada uma das estéticas, e que acabam evidenciando suas opções metodológicas: ideologia (Gramsci) por um lado, estética intuicionista (de Croce) da arte por outro.

Logo, no capítulo dedicado ao Simbolismo, a questão ideológica dita um ritmo singular: “A carência ideológica já é visível na segunda geração europeia do movimento...” (Idem, p.267). Quer dizer, o seu ajuizamento chega ao patamar de análise de que é literário se for consistentemente ideológico, com uma base sociológica visível. E, neste trecho, Bosi demonstra sua predileção por uma literatura de resistência (fortemente ideológica): “[...] emergem ideologias em conflito: o tradicionalismo agrário ajusta-se mal à mente inquieta dos centros urbanos, permeável aos influxos europeus e norte-americanos na sua faixa burguesa, e rica de fermentos radicais nas suas camadas média e operária.” (Ibidem, p.304).

O mesmo teor ideológico pauta sua análise da estética modernista: “Seja como for, o intelectual brasileiro dos anos 20 teve que definir-se em face desse quadro: as suas opções vão colorir ideologicamente a literatura modernista”. (Ibidem, p.305). Um juízo um tanto tendencioso de Bosi é sedimentado no trecho a seguir: “Entretanto, nem as instâncias ideológicas nem a atualização dos recursos expressivos logram substituir o que deve ter de medular um bom romance: a apreensão vital das personagens, seja direta, seja alusivamente.” (Ibidem, p.330). Há momentos em que Bosi parece debruçar-se sobre o próprio ato de escrever uma história da literatura, e também parece aconselhar a quem se interessar por tal empreitada:

[...] a dissociação de código e tema, fecunda no momento da análise textual, vira método arriscado em historiografia. O seu uso mecânico pode gerar roteiros, mutuamente exclusivos: a história da literatura como sucessão de processos formais; ou a história da literatura como exemplário de tendências não-estéticas. (Ibidem, p.331)

Ao falar do romance “engajado” dos anos 30, ele evidencia sua predileção política (esquerdista): “Socialismo, freudismo, catolicismo existencial: eis as chaves que serviram

para a decifração do homem em sociedade e sustentariam ideologicamente o romance *empenhado* desses anos fecundos para a prosa narrativa.” (Ibidem, p.389). As teorias que Bosi utiliza para analisar os romances desse período, são ligadas à literatura de ideologia marxista. No subcapítulo “As trilhas do romance: uma hipótese de trabalho”, ele apresenta tais bases teóricas:

[...] como hipótese de trabalho, a formulação que Lucien Goldmann propôs para a gênese da obra narrativa no seu *Pour une sociologie du roman*. Apoiando-se em distinções de Georgy Lukács (*Die Theorie des Romans*) e de René Girard (*Mensonge romantique et vérité romanesque*), o pensador francês tentou uma abordagem genético-estrutural do romance moderno. O seu dado inicial é a tensão entre o escritor e a sociedade. (Ibidem, p.390)

E em mais um momento de reflexão crítica, Bosi manifesta sua preocupação com as novas tecnologias, as quais podem influenciar a produção cultural e a análise do historiador literário:

Na rede uma cultura plural como a que vivemos, é a qualidade estética do texto que ainda deve importar como primeiro critério de inclusão no vasto mundo da narrativa; só depois, e em um matizado segundo plano, é que interessam o assunto ou a visibilidade dos seus referentes. Esta, por seu turno, parece depender, cada vez mais, da mídia, isto é, do mercado das comunicações. O que conta e deve sobreviver na memória seletiva da história literária é o *pathos* feito imagem e macerado pela consciência crítica. (Ibidem, p.438)

No último capítulo (“Tendências contemporâneas”), podemos destacar o subcapítulo “A crítica”, já que vai de encontro ao propósito de analisar as lacunas “ideológicas” deixadas pelo autor: “Um ensaísmo livre das peias didáticas já amadurece entre nós graças ao vigor de alguns críticos jovens, sensíveis ao marxismo e ao estruturalismo que partilham hoje o espaço cultural que há vinte anos foi ocupado pelo existencialismo.” (Ibidem, p.494). Ou seja, os “ismos” são inevitáveis para demonstrar as influências que sofreram os muitos críticos do nosso último século.

### Considerações finais

Para concluir a análise de sua *História concisa da literatura brasileira*, o próprio autor da obra comenta e reconhece, em seu ensaio *Caminhos entre a Literatura e a História Cultural*, a raiz de suas predileções metodológicas e admite como é difícil deixar de se “contaminar” pelo que o marcou, enquanto historiador literário: “Reconheço agora, olhando em retrospecto, que trabalhava em meu espírito um propósito de superar conservando (no sentido hegeliano do termo dialética) a drástica oposição de poesia e não-poesia, arte e

ideologia<sup>6</sup>”. Portanto, temos na análise de sua obra um trânsito de elementos bem definidos e que delineiam bem o caminho de um historiador literário do seu porte. Para estes, muitas das vezes, é difícil ou inconsciente, admitir certos conceitos que caracterizam suas análises. Alfredo Bosi não só conseguiu admitir e explicitar essas relações teóricas, como as utilizou largamente e sem receios em seu manancial crítico.

### Referências:

- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1970.
- \_\_\_\_\_. Por um historicismo renovado: reflexo e reflexão em história literária. In: *Literatura e resistência*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- \_\_\_\_\_. Caminhos entre a Literatura e a História Cultural. In: *Estudos Avançados*, n.º 55, set.-dez. de 2005. Disponível em <  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142005000300024](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300024)>.  
Acesso em: 12 de setembro de 2016.
- HARRIS, Wendell W. *La canonicidad*. In: SULLÁ, Enric. (org.). *El canon literario*. Madrid: Arco, 1998.
- JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.
- PERKINS, David. *História da literatura e narração*. Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS, Porto Alegre, v. 3, n. 1, mar. 1999. Série Traduções.
- REIS, Carlos. *O conhecimento da literatura: introdução aos estudos literários*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- SCHMIDT, Siegfried J. Sobre a escrita de histórias da literatura. IN: OLINTO, Heidrun Krieger. *Histórias de literatura. As novas teorias alemãs*. São Paulo: Ática, 1996.

Artigo recebido em: 21/06/2017

Artigo aceito em: 30/07/2017

---

<sup>6</sup> Citação extraída do site [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142005000300024](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300024). Acesso em 14 de Junho de 2017.